

# *Trabalho, emoções e pluralidade de saberes: Um dique orizícola conectando universidade, agricultores e artes*

Joana Sousa<sup>1</sup>, Ana Luísa Luz<sup>2</sup>, Ansumane Braima Dabó<sup>3</sup>

## **Resumo**

No contexto da produção de arroz de mangal, a materialidade imediata de um dique remete para a separação entre o mar e a terra firme. Um dique é uma estrutura de permeabilidade controlada e concebida para apartar, separar e garantir a existência de um espaço independentemente de outro. Contudo, as fundações sociais da sua construção convertem os diques em sujeitos de conexão, de ligação entre pessoas, instituições e formas de expressão. Em Caequene, no sul da Guiné-Bissau, a construção do dique principal nos arrozais inaugurou e aprofundou importantes formas de conexão entre velhos e jovens, entre aldeias, entre saberes e linguagens, e entre universidade, agricultores e artes. Esta história contada a três vozes questiona os paradigmas do conhecimento e do desenvolvimento, apontando para possíveis formas de colaboração, relacionamento e de financiamento. A concretização de projetos agrícolas coletivos pode melhorar as condições de vida da população e constituir laboratórios de campo para resistir aos efeitos do aquecimento global.

## **Palavras-chave**

dique; arroz; conhecimento; coprodução; pluralismo; agricultores.

Manuscrito submetido em 16 de julho de 2021

Aceite em 7 de novembro de 2021

Publicado online em 31 de dezembro de 2021



Política de Privacidade  
CC-BY-NC | Open Access  
Creative Commons

<sup>1</sup> Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal | joanasousa@ces.uc.pt

<sup>2</sup> Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Portugal | luzanalu@gmail.com

<sup>3</sup> Cabasane Biteraune, Caequene, Guiné-Bissau | ansumaneb.dabo@gmail.com

# *Tarbadju, korson, ku maneras di kungsi mundu: Storia di orik ku djunta skola, labradoris ku djidiundadi<sup>4</sup>*

Joana Sousa, Ana Luísa Luz, Ansumane Braima Dabó

## **Rusumu**

Si no djubi na kusas di labur di arus di bulanha, orik pudi o-djadu suma un kusa ki ta sipara ntera ku mar. Oriki ta kontrola iagu ki na pasa di un ladu pa utru ladu, i ta kumpudu pa iagus ka djunta. Nin ku sin, orik ta pui tan pa manga di kusas uni. Na es kazu li, orik sirbi di ligason entri djintis, instituisons ku difrentis manera di konta storia. Tabanka di Caequene, na sul di Guine-Bisau, kumpu si orik di bas. Garandis ku mininu e bin mas pertu un utru, difrentis moransas ku difrentis tabankas uni. I kunsu tambu un nobu koldadi di ligason entri kunsimentu ku maneras di odja mundu di univérsidadi, labraduris ku artistas. Tris djintis djunta pa konta es storia, pa mostra kuma i ten utru manera di kria rilasionamentu ku di jeri finansiamentu fora di kil manera di kustumu. No pensa kuma purjetu di agrikultura djuntadu i pudi mindjoria kondison di pupulason. No pensa tan kuma i ta pudi kria kaus di fasi spriensas pa luta ku dias ki na kinti kada dia ki sol na mansi.

## **Nomi-tchabi**

orik; arus; kunsimentu; djunta mon;  
sintidus; labraduris.

---

<sup>4</sup> Nota de edição: A ortografia do kriol segue o modelo proposto em Scantamburlo, L., *Dicionário do Guineense*, Vol. 2 (FASPEBI, Bubaque, 2002) e em Scantamburlo, L., *O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português* (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013).

“Vocês vêem, portanto, a importância  
que tem considerar essa coisa simples que é a realidade geográfica”  
(Cabral, 1974, p. 2)

As áreas costeiras da Guiné-Bissau são traçadas por braços de mar que se estendem terra adentro espalhando-se em planícies aluviais. Em *Unidade e Luta*, Amílcar Cabral faz o enquadramento do que chama “a realidade geográfica da nossa terra”. A Guiné-Bissau e a sua miríade de ilhas são descritas como territórios pequenos em geografia, marcados por certo isolamento, de planura preponderante e cortados por braços de mar. Portugueses denominaram esta região, localizada entre o Cabo Verde e o Cabo Mount, como “os rios da Guiné do Cabo Verde” e franceses nomearam-nos “os rios do Sul” (Rodney, 1970, p. 2). Contudo, estes rios, “no fundo não são rios”, explica Cabral (1974, p. 28). Filipa César (2020), no seu artigo “Meteorizações: Uma leitura da Agronomia da Libertação de Amílcar Cabral”, faz uma leitura acerca da relação entre o estudo do solo e as representações da luta no trabalho de Amílcar Cabral e, a respeito dos rios que não são rios, assinala que “a inadequação da língua portuguesa à geografia da Guiné-Bissau é prova da ilegitimidade da sua ocupação” (César, 2020, p. 23). Cabral traça o recorte geográfico dos mares que entram por terra da seguinte forma:

Farim só é rio para lá de Candjambari; o Geba só é rio de Bambadinca para cima e por vezes mesmo para lá de Bambadinca há água salgada, Mansoa só é rio depois de Mansoa para cima, já a caminho de Sara, perto de Caroalo; Buba, esse não é rio de lado nenhum, porque até chegarmos a terra seca, é só água salgada; Cumbidjã, Tombali, são todos braços de mar, a não ser na parte superior com um bocadinho de água doce na época das chuvas, sobretudo o rio de Bedanda, que vem a Balama [Balana] buscar água doce. O único rio de facto a sério, na nossa terra, é o Corubal. Esta é uma realidade muito importante para nós, porque se, por um lado, temos muitos portos para entrar na nossa terra, com barcos, por outro lado podem ver o perigo que isso representa para nós. (Cabral, 1974, p. 28)

Cabral reclama os braços de mar de Farim, Geba, Mansoa, Buba e Cumbidjã como marcas paisagísticas que o colonialismo não soube nomear e reconhece neles a sua ambivalência geográfica face à luta. Ao mesmo tempo que afirma que “no começo da luta era muito bom haver muitos rios na nossa terra, muitos braços de mar, riozinhos, etc., porque assim isolamo-nos, podemos defender-nos sempre dos tugas, criar-lhes dificuldades com terrenos molhados” (Cabral, 1974, p. 28), reconhece neles também vias que podiam ser usadas pelo inimigo. A necessidade de ter presente a realidade concreta da situação geográfica da Guiné-Bissau e a consciência da ambivalência que marca as suas planícies inundadas por braços de mar não são menos importantes atualmente. Aliás, esta reflexão acerca da consciência geográfica,

espacial e morfológica do território é crucial para o presente contexto de aquecimento global<sup>5</sup> que, entre outras coisas, tem sido associado ao aumento da probabilidade, frequência e intensidade das inundações por água salgada. Este contexto traduz-se numa dualidade: os braços de mar que fertilizam as planícies aluviais são também aqueles por onde entram as águas salgadas capazes de queimar o arroz.<sup>6</sup>

## O arroz no mangal e o aquecimento global

Recentes dissertações de mestrado e doutoramento revelam a preocupação que as alterações climáticas suscitam entre os investigadores na Guiné-Bissau, entre elas, o recente trabalho de doutoramento de Morto Fandé (2020), *Alterações climáticas e comunidades costeiras: Avaliação de risco e adaptação à erosão e inundações costeiras em cenários de elevação do nível do mar na Guiné-Bissau*, que faz um recorte interdisciplinar, inovador e concreto acerca das possibilidades de inundações da costa da Guiné-Bissau refletindo, ao mesmo tempo, acerca das estratégias para enfrentar esta situação. Outros trabalhos relevantes e recentes incluem a tese de doutoramento de Boaventura Santy (2018), *Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau*, e o artigo de Orlando Mendes, decorrente da sua dissertação de mestrado, intitulado “Indicadores das mudanças climáticas no leste da Guiné-Bissau e adaptação camponesa” (Mendes, 2018). Outras publicações compõem o quadro dos trabalhos recentes que consideram as alterações climáticas como referencial de análise central, nomeadamente o livro da antropóloga Joanna Davidson (2015), *Sacred rice: An ethnography of identity, environment, and development in rural West Africa*, assim como vários outros estudos anteriores (Bayan, 2010; Biai, 2009; Bolonha, 2013; Embaló, 2008; Santy, 2012; Santy & Valencio, 2017, 2018; Vasconcellos, 2010).

Uma das mais alarmantes consequências do aquecimento global para a Guiné-Bissau é a subida do nível médio do mar. A nível global, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) estimou um aumento do nível médio do mar de 2,0 mm/ano em 1970 e 2010, e um aumento de 3,2 mm/ano entre 1993 e 2010 (IPCC, 2013). A costa ocidental africana é identificada como uma área de alto risco de inundações decorrentes do aumento do nível da água do mar (Nicholls *et al.*, 2007). Existem incertezas relativamente aos efeitos locais e regionais do que tem vindo a ser previsto nos modelos climáticos, contudo trabalhos como o de Fandé

---

<sup>5</sup> Aqui usa-se o termo “aquecimento global” em detrimento de “alterações climáticas” como forma de não invisibilizar a produção das alterações que se verificam a nível climático. Estas foram produzidas por modelos económicos e sociais centrados no Norte global e pautados pela industrialização, a desigualdade económica, a extração capitalista, o colonialismo.

<sup>6</sup> *Iagu di mar ta kema arus bas*, a água do mar queima o arroz por baixo [a partir da raiz].

(2020) permitem dar conta de alterações à microescala que parecem ser cruciais para compreender realidades concretas.

Entre os primeiros efeitos das alterações climáticas nos modos de vida e no bem-estar das populações costeiras da Guiné-Bissau estão a perda efetiva de terra, inundações de casas em Bissau (Tavares, 2019) e desestruturação da orizicultura de mangal (Fande, 2020). Relativamente a este último caso, as bolanhas de arroz de mangal – arrozais instalados em terrenos previamente ocupados por mangal – exigem a instalação e manutenção de um dispositivo tecnológico que permite regular a circulação de água da chuva e de água do mar. O movimento e a acumulação destas águas são coordenados com as necessidades temporais do arroz e da fertilidade do solo. Um dique principal, dique de cintura ou dique anti-sal, é uma fronteira funcional e de permeabilidade seletiva capaz de gerir a salinidade e inundação selecionando cenários que, uma vez temporalmente controlados, asseguram a produtividade. A rutura de diques anti-sal, e a consequente inundação de arrozais, conduz potencialmente à perda da colheita e à impossibilidade da reprodução agrícola. Não vamos fazer aqui uma revisão exaustiva sobre este sistema de produção e sua tecnologia, pois diferentes componentes destes aspetos estão documentados em detalhe nos trabalhos de Linares (1981), Ribeiro (1989), Temudo (1998), Gonçalves (1998) e Sousa & Luz (2018).

O cultivo de arroz de mangal é central para o autoconsumo familiar, o comércio local, e a segurança e a soberania alimentares na Guiné-Bissau. A importância cultural, tecnológica, económica e social deste sistema de produção tem-se refletido no interesse que tem despertado em investigadores um pouco por todo o mundo (e.g. Carney, 2002; Hawthorne, 2001; Linares, 1981; Richards, 1996). A ele têm sido dedicadas múltiplas publicações, tendo sido também alvo de programas de desenvolvimento, seguindo cadências por vezes incertas ou descontínuas. O interesse por este tema recebeu novo fôlego com os desafios impostos pelas alterações climáticas.

Alguns destes trabalhos retratam a incerteza que tem surgido na interface entre o mar e os arrozais nas últimas décadas. Em particular, no sul da Guiné-Bissau, em Cubucaré (Tombali), onde se situa o estudo de caso que serve de base a este artigo, entre os mais velhos é comum a perceção de que “o mar tem mais força” e de que os canais que antes eram atravessados a pé ou usando uma prancha de madeira, hoje atravessam-se de canoa (Sousa *et al.*, 2014). Em consonância, Temudo (2011) descreve a destruição de diques em “vários campos de arroz de mangal” em 2001 e 2005. Em 2008, conta Bebe Naman que o dique da bolanha de Cadique N’Bitna se rompeu e, desde então, parte da bolanha tem estado inutilizada:

O dique de cintura [dique principal] estava perto do rio, por isso foi o primeiro a romper. Depois os outros diques ficaram sem suporte e também romperam. Sobrou só aquela ponta [...] onde as pessoas ainda

cultivam arroz. Para ali estão a recuperar a bolanha. [...] A minha família está lá, foi afetada, estão mal, ficaram com muito menos parcelas cultivadas. Querem recuperar a bolanha, reconstruir o dique de cintura mais à frente. Neste momento, dependem do caju: recolhem a castanha para trocar por arroz. (Pinho, 2020, p. 124)

Em 2009-2011, em duas aldeias da mesma região, o efeito da água salgada provocou uma perda de produção de arroz de mangal que variava entre 2% e 51% do arroz transplantado para as bolanhas. Dos fatores que afetavam a produção de arroz de mangal, 97,2-99,6% dos estragos correspondiam ao efeito da água salgada (Sousa, 2015). Em 2012, noutra aldeia de Cubucaré, as marés vivas romperam o dique principal, estragando vários campos de arroz (Sousa, 2015, no prelo). Posteriormente, muitas aldeias sofreram com os efeitos da tempestade Fred, que ocorreu em agosto de 2015 (Fande, 2020), e este artigo vai referir mais adiante o caso específico de 2015 na realidade de uma das aldeias de Cubucaré.

Em semelhança ao referido por Bebe Naman, as possibilidades de adquirir arroz através da troca ou venda de castanha de caju incluem-se entre os fatores que, potencialmente, conduzem ao desinteresse relativamente à produção de arroz de mangal (Temudo & Abrantes, 2013, 2014), em particular quando são necessários esforços consideráveis para a recuperação de bolanhas. Vários trabalhos têm analisado os fatores climáticos, fundiários e socioeconómicos, como capazes de influenciar a produção de arroz. Entre eles contam-se o efeito disruptivo das marés vivas fortes e da pluviometria insuficiente<sup>7</sup> (e.g. Dai *et al.*, 2004; Embaló, 2008; Gonçalves, 1998; Mendes, 2018) e inúmeros fatores socioeconómicos, tais como: a disponibilidade de arroz-capital (Ribeiro, 1989) e de mão de obra (Temudo & Abrantes, 2013), o preço do arroz no mercado internacional (Hugo & Cardoso, 1990; Sousa *et al.*, 2014), o preço da castanha de caju (Lundy, 2012), a falta de arroz no mercado local, o acesso a conhecimento especializado (Sousa & Luz, 2018), as limitações no acesso à terra para a produção de arroz de sequeiro (Temudo, 2012), estragos por *farfana* (*Thryonomys swinderianus*) na produção de arroz de sequeiro e a perceção de se poder vir a perder a bolanha para o mar (Sousa, no prelo). A produção de arroz de bolanha está alicerçada de forma intrincada na multidimensionalidade que caracteriza os modos de vida das sociedades agrárias da Guiné-Bissau. Sendo assim, é difícil identificar um fator preponderante que determine as tendências na produção de arroz de mangal. Contudo, parece-nos haver suficientes evidências para afirmar que a subida do nível

---

<sup>5</sup> A precipitação média em Bissau diminuiu de 1953 mm entre 1960-1970, para 1521 mm em 1971-1983 (Marius & Lucas, 1991). Apesar de ter havido um aumento da pluviosidade, depois de 1990 a média anual não voltou aos valores de 1960-70s (Conchedda *et al.*, 2011). Uma diminuição da pluviosidade representa sérios riscos para a produção do arroz de mangal.

médio do mar irá pôr à prova os compromissos sociais, económicos e políticos que têm assegurado a reprodução do arroz de mangal.

## Conhecimento e paradigmas do desenvolvimento

O encontro entre arroz de mangal e aquecimento global conduzirá, com maior ou menor expressão, à reconfiguração de ecologias e sociedades ao longo da costa. Nestes processos de reconfiguração estarão implicadas materialidades biofísicas, sujeitos humanos e não humanos, conhecimento, tecnologia e instituições. Na sua tese sobre a Guiné-Bissau, Morto Fande (2020) refere a necessidade de participação da sociedade nos processos de decisão que determinarão as medidas a considerar como adaptações às alterações climáticas nas zonas costeiras. Relativamente a esta necessidade, Boaventura Santy (2016, p. 25) afirma:

Ainda que as sociedades tradicionais sejam apontadas como as mais suscetíveis, [...] o PANA [Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima] da Guiné-Bissau, em termos gerais, privilegiou soluções técnicas e científicas, em detrimento de um diálogo mais profícuo com as diferentes formas de saber existentes nesta sociedade.

Análises como esta, que evidenciam a falta de participação da sociedade nos processos liderados por instituições estatais e/ou não governamentais, têm sido recorrentes para vários contextos do Sul global.

A nível dos programas de desenvolvimento, o número de ONG aumentou consideravelmente desde a década de 1980 (Brass *et al.*, 2018). A prática das ONG e de outras organizações ditas de desenvolvimento difere espacial e temporalmente (Mercer, 2002), assim como os seus resultados. E, ainda que grande parte da bibliografia sugira resultados positivos a nível da saúde e da governação (Brass *et al.*, 2018), as consequências e características da atividade destas organizações têm sido também amplamente questionadas.

Banks *et al.* (2015) afirmam que a expansão das ONG no Sul global não trouxe consigo um reforço dos direitos cívicos, ao invés, a atividade destas organizações tem estado imersa numa onda de tecnocracia que tomou conta dos programas de ajuda externa. Smith (2010) explica como a relação entre a Nigéria e os doadores internacionais para o desenvolvimento está sob controlo das elites, o que tem contribuído para a corrupção e para manter a desigualdade. A atribuição de fundos para o desenvolvimento é feita em prol de uma miríade de ONG que têm vindo a ser fundadas e que instrumentalizam o discurso desenvolvimentista para proveito próprio (Smith, 2010). No Uganda, são raramente rastreadas pelos doadores internacionais e poucas têm contabilidade fiscal coerente (Barr *et al.*, 2005). Adésinà (2020) explica como doadores, ONG e consultores internacionais têm enfraquecido os mecanismos

deliberativos domésticos para a produção de políticas públicas, influenciando estes processos de acordo com as suas preferências. Enfim, as críticas aos paradigmas e práticas do desenvolvimento têm sido documentadas para vários contextos por todo o mundo (ver também, por exemplo, Ferguson, 1994; Roy, 2016; Sousa *et al.*, 2020). Críticas informadas pelo contexto da Guiné-Bissau podem ser consultadas no trabalho de Temudo (2005), Sousa *et al.* (2017) e Baldursdóttir *et al.* (2018).

De igual forma, não vamos aprofundar a crítica à ordem económica global. Apesar de a sua transformação ser a única capaz de resolver definitivamente as assimetrias e os problemas que aqui se colocam, ainda assim, é possível recorrer a formas locais de resistência para produzir espaços menos determinados pela matriz de injustiça e exclusão a que se tem assistido. É assim importante, ainda que modesta, a dimensão de ambições em que situamos este artigo em particular. Reunimos abaixo algumas das recentes contribuições por autoras e autores que aspiram à transformação das relações entre universidade e sociedade, e que julgamos pertinentes para o encontro entre o aquecimento global e o arroz de mangal. A situação atual reclama novas abordagens e a que sugerimos aqui pauta-se por um triângulo que julgamos conveniente e adequado: autonomia dos agricultores no acesso a fundos (redistribuição, compensação), ciências sociais como participantes e interlocutoras (pluralidade de saberes), e as artes como veículos de reconhecimento social (canto, filme).

Alguns focos de reflexão têm contribuído para pensar as possibilidades de conscientemente coproduzir conhecimento, consolidando alternativas ao extrativismo intelectual e ao assistencialismo. As perspetivas críticas ao Antropoceno, as epistemologias do Sul e a autorrepresentação em conexão com os processos descoloniais, e as reflexões teóricas africanas acerca das formas de consolidar as lutas, servem de base analítica às contribuições empíricas que desenhamos neste artigo.

Para inaugurar esta reflexão, parece-nos útil e apropriado recorrer de novo a Cabral lembrando o que afirmava no Seminário de Quadros do PAIGC em 1969: “Devemos trabalhar muito para liquidar na nossa cabeça a cultura colonial, camaradas” (Cabral, 1975, p. 72). Esta proposta, que vislumbrava já o fim do colonialismo histórico, previa uma luta mais demorada: a de identificar e reconhecer o colonialismo que vive em nós, destruir as fundações do pensamento colonial de uns sobre os outros, e de todos sobre si próprios, e reconstruir e pluralizar estas configurações. Recentemente Felwine Sarr e colegas reiteraram a necessidade referida por Cabral há mais de quatro décadas, “A descolonização cultural e intelectual está por fazer” (Sarr *et al.*, 2016, p. 79), e ela está por fazer em todo o lado, já que, como mostrou Frantz Fanon (1968), todos e todas, colonizadores e colonizados, estão imersos no colonialismo.



Neste âmbito, e em processos que se desenrolaram na Índia, Brasil, Bolívia, Equador, México, foram desenvolvidos conceitos como “colonialidade” e “descolonial” (Mignolo, 2007; Santos & Meneses, 2009; Walsh, 2020). Estes conceitos não são compatíveis com definições únicas e a sua operacionalidade permanece em discussão (Cusicanqui, 2012; Ndlovu, 2018; Yates, 2020). Walsh (2020, p. 606) descreveu “descolonial” como “as posturas, posicionamentos, horizontes, projetos, e práticas de ser, pensar, sentir e fazer que resistem e reexistem e que transgridem e interrompem a matriz de poder”.<sup>8</sup> A eficácia destes modelos de pensamento está em discussão, mas cremos que existe uma importante consequência do debate em torno do conceito, notada inclusive por Ndlovu (2014): nunca antes na história do conhecimento, os conhecimentos não académicos foram tão importantes para imaginar o futuro como no século XXI. Isto deve-se a um certo reconhecimento de que os modos hegemónicos e ocidentais de ver o mundo provaram-se ineficientes para “providenciar solução para os problemas que eles próprios causaram” (p. 84). E, entre os problemas causados pelo Norte global, figuram proeminentemente as alterações climáticas, entre outras catástrofes.

É importante notar também o corpo crítico que observa atentamente a práxis descolonial e que, portanto, contribui para o seu rigor e transparência. Ndlovu (2018) e Yates (2020), entre outros, tecem críticas a diversas formas de reprodução de lógicas de dominação dentro das supostas práticas descoloniais. Yates (2020) sugere também que é difícil diferenciar o conhecimento que é derivado da matriz colonial de poder daquele que o não é, e que conhecimentos de diferentes origens se sobrepõem e são usados de diferentes formas pelo Sul global. A dificuldade de isolar e discernir limites entre diferentes tipos de conhecimento terá já sido expressa por Agrawal (1995), e recentes perspetivas acerca da história do conhecimento têm colocado ênfase na sua circulação e menos proeminência na sua origem (Sarasin, 2020).

Novas dinâmicas de produção e transmissão de conhecimento surgiram com as universidades indígenas, interculturais e populares da América do Sul, que estão enraizadas nos movimentos sociais e no objetivo de proteger conhecimentos indígenas e assim contribuir para a ecologia de saberes no mundo (Guilherme & Dietz, 2017). A possibilidade de coexistência de diferentes formas de entender e de falar sobre e no mundo e de estar nele e com ele, é denominada por Walsh (2007) de “interculturalidade epistémica”, o que, para outros autores, não significa necessariamente hibridização de saberes mas sim coexistência de mundos (ver também Cusicanqui, 2012).

---

<sup>8</sup> Provavelmente aqui a autora refere-se à “matriz colonial de poder”.

Das experiências que servem de base a este artigo destacamos dois conceitos que se revelaram centrais para a coprodução de conhecimento em interfaces de diferença, são eles “encontro” e “circulação”. Por “encontro” entenda-se a conexão situada num lugar e durante um certo tempo (dimensão espaço-temporal do encontro) em que distintos sujeitos se interrelacionam, trocando e transacionando coisas e ideias que passam a existir circulando, em “circulação”. A história conjunta que partilhamos neste artigo poderá contribuir para a reflexão sobre o que significa haver diferentes tipos de encontro e de circulação numa paisagem em transformação. Se a ênfase for colocada no encontro e na circulação em vez de na extração de conhecimento, é possível a aprendizagem e consumação real da inovação coletiva. Tentamos, por assim dizer, delinear um caminho para a luta, uma luta que aproxime investigadores, artistas e agricultores, e que reorganize a relação entre universidade, artes, ONG e mundo rural, expropriando lugares de privilégio, estabelecendo pontes e anunciando responsabilidades coletivas.

Esta reflexão é desenvolvida a partir de uma etnografia da tecnologia necessária à produção de arroz de mangal e de experiências colaborativas entre investigadores e agricultores no contexto da recuperação da produção de arroz de mangal numa aldeia no sul da Guiné-Bissau. Este artigo em concreto pretende contribuir para a reflexão sobre metodologias que promovam e reconheçam a coprodução de conhecimento e a colaboração intepistémica e que contribuam, quer para a justiça cognitiva, quer para reclamar justiça ambiental.

## Galerias metodológicas: Encontros e circulações

O artigo de Joana Roque de Pinho (2020) “Alterações ambientais retratadas por agricultores do sul da Guiné-Bissau” é exemplo de como narrativas excecionais emergem quando às agricultoras e agricultores é dada a possibilidade de autor-representação. Neste caso, a autora decidiu explorar a ideia de transformação através de *photo-voice* em Cafal (aldeia de Cubucaré). Os participantes partilharam diferentes olhares acerca dos processos de transformação que consideraram importantes. Entre aspetos relacionados com vestuário, transporte, comunicação, questões fundiárias, tecnologia, referiram também alterações nas formas de transmissão de conhecimento e nos padrões climáticos e, relativamente ao avanço da água do mar, diz Albat Iala, de Cafal:

Antigamente, esta lagoa [de água doce] estava bem. As nossas vacas bebiam lá. Tirei esta foto para mostrar que as vacas agora não podem beber lá porque a água do mar entrou aqui e elas passam mal. [...] Nos últimos quatro anos, tem sido uma grande preocupação porque a água salgada invadiu este bebedouro. (Pinho, 2020, p. 125)

A constatação empírica do avanço do mar é explícita: “Nos últimos quatro anos [...] a água salgada invadiu este bebedouro” – o mar está a tomar conta da água de beber. Uma frase que resume de forma muito consciente como se revela concreta e materialmente o aquecimento global, nomeadamente nos corpos dos humanos e não humanos que povoam o Sul global. As paisagens em metamorfose e, em conjunto, as vidas em metamorfose, precisam de todos os olhos e de todas as formas de ver para aprofundar a consciência e a luta globais pela justiça climática, económica e cognitiva. Para tal, é importante tecer diálogos interculturais, interepistémicos e transdisciplinares. É no contexto do diálogo entre perspetivas incompletas, situadas e curiosas acerca de histórias a decorrer que se situa o nosso trabalho conjunto.

Mantêm-se no texto vários termos em crioulo guineense e nalu por terem sido as línguas que povoavam o nosso quotidiano e por querermos, pelo menos minimamente, assinalar a importância das mesmas para a construção dos mundos em que vivemos. A escrita do guineense (ou *kriol guinensi*, indicado por kr) segue a ortografia de Luigi Scantamburlo (2013). A escrita do nalu (nl) também segue algumas das normas propostas por Scantamburlo para o crioulo, perdendo-se assim a diversidade e inconsistência das ortografias usadas localmente, mas favorecendo a leitura do texto.

É impossível falar da metodologia deste trabalho sem começar pelo encontro de passados, memórias, línguas, linguagens e modos de vida entre as duas autoras e o autor que contribuíram para este texto. Vivemos em conjunto, contámos o que vivemos individualmente e o que ouvimos dizer (*konta pasada*), partilhámos opiniões sobre o que aconteceu e ficou por acontecer. As nossas perspetivas partilhadas complexificaram a forma de olhar pela adição de nuances aos contornos da realidade apreendida individualmente, ora produzindo narrativas conjuntas, ora acentuando as singularidades que povoam os mundos.

Falar sobre cada um de nós revela-se importante para este artigo, não só para situarmos os nossos lugares de enunciação mas também para ajudar ao processo de reflexão metodológica a que este artigo se propõe. Ansumane Braima Dabó é agricultor de arroz de sequeiro e de bolanha e de uma vasta diversidade de cultivos e fruteiras. Desde 2013 é reconhecido como um especialista na produção de arroz de mangal no sul da Guiné-Bissau, tendo aprofundado os seus conhecimentos junto de outros agricultores reconhecidos como especialistas. Joana Sousa, investigadora em ecologia e antropologia, tem acompanhado a produção de arroz de mangal em Caequene desde 2009 e lecionou em universidades em Bissau entre 2016 e 2019. Ana Luísa Luz tem experiência de investigação em gestão dos comuns e acompanhou de perto o processo de construção do dique principal na aldeia de Caequene em 2013.

Os nossos encontros têm sido intermitentes e mais ou menos longos desde 2007. Este artigo em concreto deriva de temporadas mais recentes, nomeadamente as que

ocorreram em fevereiro (Joana, Ana e Ansumane) e março-maio de 2013 (Ana e Ansumane), março de 2015 (Ana, Ansumane, Joana), dezembro de 2016, janeiro, julho-agosto de 2017 e junho de 2019 (Joana e Ansumane). Acrescem também observações de setembro de 2015 (Ansumane). Desde 2019, contudo, o contacto tem sido mantido apenas através de plataformas digitais. Este artigo centra-se no processo de pré-construção, construção e pós-construção de um dique principal (*orik di bas*, kr) nos arrozais em Caequene que se tornou numa etnografia partilhada da tecnologia do arroz de mangal.

Esta não é a nossa primeira experiência de disseminação de resultados trabalhada em conjunto, temos um outro artigo (Sousa *et al.*, 2014) e um documentário coletivo (Luz *et al.*, 2014), *Maboan* (dique, em nalu, Figura 1). Em 2016, foi apresentado em Caequene e várias pessoas de Caequene que participaram na recolha de imagens e nas entrevistas para o documentário participaram na sessão de apresentação do documentário em Bissau, à qual se seguiu uma conversa.

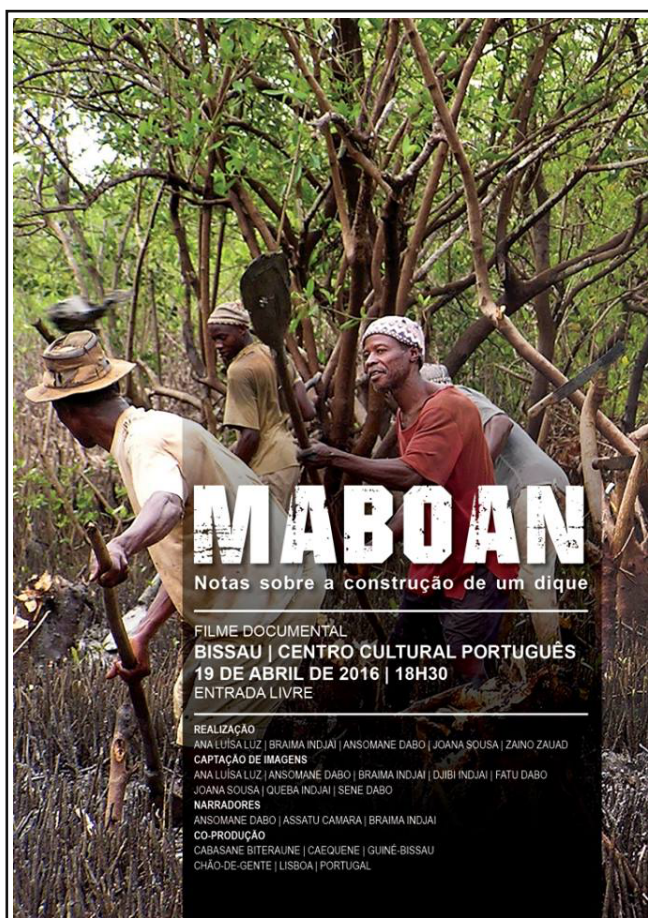


Figura 1 – Cartaz do documentário coletivo *Maboan* (<https://maboan-doc.weebly.com/>). Cartaz de Joana Ralha.

Braima Indjai, um dos participantes no filme, introduziu a sessão de conversa e a sua fala com uma frase esclarecedora: “Também existem engenheiros nas aldeias”<sup>9</sup>. Partilhou depois a sua perspetiva sobre produção e transmissão de conhecimento e sobre a importância da união para que se consiga realizar trabalho que beneficie a todos e todas. Seguiu-se depois uma conversa com o público. Temos os três pena de não a ter filmado.

Ainda em 2016, apresentámos o documentário no auditório da Universidade Lusófona da Guiné, sessão à qual também se seguiu uma conversa com os/as estudantes. Entre 2017 e 2019, Ansumane e Joana participaram em atividades de disseminação que aconteceram na Escola Superior de Educação Tchico Té e na ULG, no âmbito da cadeira Ecologia Humana, onde Ansumane pôde fazer um enquadramento mais detalhado do seu conhecimento e experiência sobre as dimensões socioecológicas e agrárias do cultivo de arroz de mangal. Nestes momentos, encontrámo-nos com estudantes de bacharelato e licenciatura (alguns também agricultoras e agricultores) e com professores mais velhos originários do sul que partilharam as suas memórias.

No decorrer deste processo, cedo tomámos consciência de sermos colegas de investigação, conversámos sobre isso várias vezes e sobre o próprio processo de conhecer. Temos procurado um lugar de escrita que concretize a colaboração interepistemológica, contudo sem acesso a financiamento que nos possibilitasse encontros de longo prazo. Fomos tentando conjugar estadias de trabalho de campo no sul da Guiné-Bissau com visitas a Bissau, junto a computadores e eletricidade, para produzirmos textos conjuntamente. Recentemente, fomos os três mães e pai e, portanto, temos passado mais tempo junto dos sítios onde temos acesso a redes de cuidado. Assim, a fase final da produção deste artigo foi produzida à distância. Nesta fase, Joana foi responsável por produzir uma primeira versão da introdução e integrar textos escritos por Ana em 2013 e por Ansumane em 2017, assim como as experiências vividas conjuntamente. A escrita direta de Ana é preponderante na secção *Construção: União, esforço e prestígio* e a de Ansumane nas secções *Os lugares e as suas transformações* e *Destruição: Comoção, esforço e reconstrução* (ver abaixo). Ainda em 2016 e 2017, Ansumane marcou no Google Earth a história ambiental dos arrozais cultivados desde 2013 que serviu de base à produção da Figura 3 e Tabela 1 (ver abaixo). Uma primeira versão deste texto foi enviada a Ansumane e Ana através das plataformas digitais para que pudessem ler e contribuir para ele. Ansumane gravou em mensagens de voz as suas contribuições e Ana partilhou as suas contribuições por email.

---

<sup>9</sup> *Injinheru di tabanka tan ten* (kr).

Assumimos que este trabalho seja uma busca, uma procura, que não tem como pretensão afirmar que não existem limitações de tradução ou diferenças de poder<sup>10</sup>, mas julgamos relevante tentar encontrar formas de colaboração que nos configurem e que de facto nos reconheçam como colegas de trabalho e de pensamento. O Ansumane tem sido mestre de *osprindadi*<sup>11</sup> (kr, bom acolhimento) de Joana e de Ana em Caequene, traduzindo com paciência o seu mundo para que fosse apreendido por elas e entregou-se às preocupações e desafios da alteridade tornando-se num experiente interlocutor de mundos. As entrevistas semiestruturadas, observações e conversas informais que marcaram a cadência da recolha de informação até 2013 deram depois lugar a uma etnografia partilhada e à construção conjunta de guiões de entrevista e de histórias acerca do arroz. Assim, faz sentido que, a partir de 2013, se fale em encontros, conversas, parcerias, discussões, planos coletivos e investigação comum.

Na escrita dos textos conjuntos, Ana e Joana têm recebido o Ansumane como seu *ospri* (kr, hóspede), tentando descodificar os códigos e significados das publicações e convidando-o a deambular pelo campo da escrita e do vídeo e a comunicar a sua experiência, conhecimento e perspectivas através destes suportes. A responsabilidade da tradução cultural e de língua é partilhada e construída à medida que vamos aprendendo a dialogar.

Não se surpreendam também a leitora ou o leitor ao deparar-se com diferentes estilos de escrita; as três vozes misturam-se muito bem numas secções e individualizam-se noutras. São as intermitências da coletivização e individualização do pensar, das cosmologias e linguagens próprias da organização do conhecimento, ou seja, das ciências com as quais cada um de nós se relaciona. Procurámos construir um referencial de entendimento, ainda que, como diz Cusicanqui (2012), também estamos imersos na “coexistência de múltiplas diferenças culturais que não se extinguem mas se antagonizam e complementam. Cada uma reproduz as profundezas do seu passado e se relaciona com as outras de forma controversa”. Este artigo descreve e reflete acerca das galerias metodológicas que fomos percorrendo à medida que fomos caminhando, todavia tampouco estávamos conscientes de que o que estávamos a viver poderia vir a ser denominado de metodologia. Achamos que estas metodologias-vida podem contribuir para diferentes formas de diálogo e de colaboração importantes para novos posicionamentos sociais, ecológicos e políticos face ao aquecimento global e ao desenvolvimento.

---

<sup>10</sup> Num outro artigo em preparação são abordadas algumas destas questões em mais detalhe.

<sup>11</sup> Relação social relevante e prevalente na Guiné-Bissau, principalmente nas zonas rurais, que garante acolhimento a quem chega e que, eventualmente, inicia ou nutre uma relação de reciprocidade ou cuidado mútuo.

O legado histórico colonial e as relações coloniais contemporâneas não poderiam deixar de colocar tortuosidades ao nosso percurso. Fica por desenvolver o posicionamento individual de cada um relativamente a estas questões visto que pareceu para já difícil tecer uma narrativa conjunta a este respeito, dadas a complexidade da memória social da violência colonial, sua expressão contemporânea e a sobreposição de identidades que existe em nós.

De relevância para este artigo, note-se apenas a hegemonia académica do Norte global, não raras vezes reproduzida no conteúdo curricular e práticas pedagógicas em certas instituições académicas florescentes da Guiné-Bissau, algumas literalmente extensões de universidades privadas portuguesas. Face a isto, preocupa-nos a dissonância de poder entre, por um lado, a centralidade conceptual eurocêntrica patente na cultura académica dessas instituições e, por outro, o lugar das outras epistemologias. Estas hegemonias, historicamente forçadas e reiteradas, adquiriram algum grau de cronicidade e a sua superação exige perseverança e dissecação coletivas. Estarmos conscientes delas e dedicar-nos a experimentar novas abordagens pareceu-nos uma fuga animadora face à possibilidade de estarmos a elas condenados. Nessa fuga estivemos, pelo menos em alguma medida, conscientes das armadilhas que minavam as nossas possibilidades de relacionamento e tentámos reinventar caminhos entre o mangal, o arroz, a universidade e o audiovisual, atentos aos seus meandros e funduras.

## Os lugares e as suas transformações

Parece-nos pertinente contextualizar o lugar de que falamos a partir de uma caracterização do mangal. Os seus retratos são delineados à medida que se segue a relação destes espaços com a sua ocupação e com o conhecimento agrícola e oceanográfico. Em nalu, o prefixo ka- tem a função de ligar um espaço a um sujeito, é assim que *n'dal* (nl, bolanha) se transforma em *kamn'dal* (nl), significando 'na bolanha' ou 'da bolanha', como em *amare kamn'dal* (nl, arroz de bolanha). Quando uma *n'dal* é abandonada por algum tempo, o mangal (*n'kim*, nl) volta a crescer tomando o lugar da *n'dal*. Se o abandono ocorrer mais perto da cabeça da bolanha, a *n'dal* pode transformar-se em salina ou *madante* (nl). Este processo de transformação e redefinição de fronteiras é dinâmico e socioambiental, ou seja, construído pelas pessoas, a vegetação, as chuvas e as marés.

*N'kim*<sup>12</sup> é uma palavra nalu de significado dual, o termo pode significar todo o mangal ou apenas uma das suas espécies (Figura 2). Catarino *et al.* (2008) fazem a

---

<sup>12</sup> Ver Frazão-Moreira (2010) para mais informação sobre o sistema de classificação nalu para denominar diferentes formações vegetais e ecossistemas.

correspondência entre *n'kim* e a espécie *Avicennia germinans*<sup>13</sup>. Os outros tipos de mangal são o *n'konkon* (nl, *Laguncularia racemosa*<sup>14</sup>) e o *n'mak*<sup>15</sup> (nl, provavelmente *Rhizophora* sp.<sup>16</sup>). Localmente distinguem-se três tipos de árvores de mangal através das suas características morfológicas, estes três tipos diferem em aspetos que vão para além das suas existências singulares. As descrições dos diferentes tipos de árvore são elaboradas tendo em conta relações com o que as circunda e não apenas características intrínsecas de cada tipo de árvore.

O *n'kim*, o tipo de árvore que tem *n'staktana* (nl, pneumatóforos), é o tipo de mangal mais abundante em Caequene e a “sua lama” é mais rija do que a lama dos outros dois tipos. *N'konkon* (nl) encontra-se na margem dos canais de água salgada ou tem distribuição pontual dentro do *n'kim* em sítios baixos, de menor altitude, e a sua lama é mole. *N'mak*, de lama também mole, tem tendência a expandir-se rapidamente, lança ramos que afundam e voltam à superfície na vertical, a extremidade torna-se preta e daí saem extensões que se tornam noutra pé de *n'mak*, lançando raízes para a lama.<sup>17</sup> Onde cresce *n'mak* é difícil andar a pé porque tem muitos ramos que fecham o mangal. A água doce mata-o rapidamente. As características usadas para distinguir estes três tipos de mangal dizem respeito à relação de cada um com outras componentes ecológicas, incluindo as atividades humanas. A resistência à água doce é aferida quando se conquistam terrenos de mangal para a produção de arroz. As árvores de mangal são deixadas a apodrecer depois de cortados os ramos e as raízes e depois de o terreno ser isolado da água do mar com a construção do dique principal. As características da lama são averiguadas por forma a planear a construção do dique principal, dado que se a lama onde o dique passar for de *n'mak* ou de *n'konkon*, que têm lama mole, é mais difícil fazer com que o dique fique com-

---

<sup>13</sup> Equivalência também descrita por Catarino *et al.* (2006).

<sup>14</sup> A equivalência entre *Laguncularia racemosa* e *n'konkon* foi descrita por Catarino *et al.* (2006), ao que também atribui o nome de *tarafi pretu* (em crioulo guineense).

<sup>15</sup> Eventualmente equivale a uma ou a várias as espécies *Rhizophora harrisonii*, *Rhizophora mangle*, *Rhizophora racemosa* (ver espécies de *Rhizophora* sp. descritas para a Guiné-Bissau em Catarino *et al.*, 2006).

<sup>16</sup> Cremos que Catarino *et al.* (2006) não descrevem o nome comum em nalu, *n'mak* (ou outras variantes lexicais que consultámos) e portanto não podemos confirmar a correspondência a nomes científicos. Ainda assim, achamos que corresponde a uma ou a várias das espécies descritas na nota de rodapé 15.

<sup>17</sup> Na década de 1980 houve um interesse considerável pela caracterização dos solos de mangal na Guiné-Bissau. Um artigo de Cruz e Standaert (1989) publicado no *Boletim de Informação Científica e Técnica* caracterizava as propriedades físico-químicas do solo dos mangais e arrozais estabelecendo as tipologias “argilas de *Avicennia*” e “argilas de *Rhizophora*”. Segundo os autores *Rhizophora* cresce em solos de sedimentação lenta que conduz à formação de pirite (FeS<sub>2</sub>) enquanto zonas colonizadas por *Avicennia* são áreas de sedimentação rápida, mais recentes, que não conduzem facilmente à formação de pirite.



pacto e resistente. O dique construído em 2013 em Caequene atravessou zonas mais altas e dominadas por *n'kim*.



Figura 2 – Desenho de *n'kim* (*Avicennia germinans*), *n'mak* (*Rhizophora* sp.) e *n'konkon* (*Laguncularia racemosa*). Desenho de Ansumane Braima Dabó.

No complexo arrozal-mangal, a lama pode comportar-se de duas formas, em alguns sítios “*lama ta gasta*” (kr, “a lama gasta-se”), ou seja, a lama é erodida, “*i na ria pa ladu di mar*” (kr) “desce para o lado do mar”. Noutros sítios, “*lama ta kirsi*”, ou seja, a “lama cresce”, “quando vem a água escura, a lama vai assentando nesses sítios”<sup>18</sup>. Estes vários indicadores, lidos através das dinâmicas do dispositivo natureza-tecnologia de determinado local, são avaliados em detalhe para adequar as escolhas tecnológicas e técnicas que vão complexificar esse dispositivo. Esses indicadores são relevantes para avaliar a erosão costeira, a localização mais adequada para os diques, o momento ideal para fechar os canais de água salgada atravessados pelo dique, e para definir a estratégia de recuperação de diques que se romperam.

Além do conhecimento da microecologia do lugar, é igualmente importante ler no céu o ciclo das marés vivas, e os agricultores especialistas em arroz de mangal preveem o dia em que a maré viva vai atingir o clímax (para uma descrição detalhada ver Sousa & Luz, 2018). A previsão tem também um mecanismo de confirmação respetivo. Agricultores especialistas em Caequene, Cafine e Cadique Yala dizem que

---

<sup>18</sup> *Iagu fungulidu ta bin, la ki ta fika kil lama tudu.*

“*ora ki lua mansi*” (kr), “quando a lua amanhecer”, ou seja, quando a lua ainda estiver visível no momento em que o sol nasce, a maré viva já terminou. Pelo contrário, se o pôr-da-lua acontecer antes do sol nascer, então a maré viva ainda não atingiu o máximo de amplitude. Além destes ciclos mensais, um dos agricultores mais velhos em Cafine fala-nos de ciclos mais alargados, diz que as marés vivas mais fortes vêm em agosto, setembro, “Preocupamo-nos com três marés vivas na bolanha, quando essas passam, pronto”<sup>19</sup>, diz.

As histórias que fomos ouvindo sugerem também a existência de ciclos de longo prazo cuja cadência é marcada por certos anos em que marés vivas extraordinariamente grandes desafiam a fronteira arrozal-mangal. Nestes anos esta fronteira é puxada para altitudes mais elevadas, noutros anos os ciclos de fertilidade puxam o cultivo de arroz para mais perto do braço de mar. Até que venha a água salgada questionar de novo essa fronteira puxando-a para cima. Contudo, apenas algumas pessoas nos falaram destes ciclos de longo prazo, para outras, desde há alguns anos a esta parte, deixou de ser possível fazer previsões. Disse-nos o mais velho em Cafine: “Antes era a cada seis anos, agora já não dá para fazer previsões. Alguns dizem que foi aquela maré viva de 2015, mas eu acho que aquela passou todos os limites”.<sup>20</sup> Para este agricultor, as marés de 2015, que fizeram estragos por todo o país, não terão correspondido a um pico dos ciclos de seis anos, já por si fora da norma, mas terá sido uma anomalia relativamente a qualquer padrão conhecido.

A produção de conhecimento necessária à produção de arroz de mangal atende a diferentes escalas espaciais e ciclos temporais. As microescalas dos diferentes tipos de lama, tipos de árvores, as variações mais amplas de erosão ou acreção de sedimentos, os indicadores que permitem identificar variações mínimas de altitude, os diferentes ciclos das marés e as suas crescentes imprevisibilidades, revelam a conexão constante entre o conhecimento e a materialidade da paisagem.

## Construção: União, esforço e prestígio

Em Caequene, a memória social entre os mais velhos evoca a grande produção de arroz do passado (leia-se antes do início da luta armada pela independência): “o arroz era tanto que a aldeia sozinha não era capaz de o debulhar”, conta um dos mais velhos de Caequene. Esta memória está inscrita nas imagens do Google Earth de 2013 em que se distinguem as linhas dos diques secundários abandonados e ainda salientes no meio do mangal, que entretanto terá crescido (Figura 3). Nessa altura,

---

<sup>19</sup> *Tris iagu ki no ta kuda del na bulanha, ora ki kilala pasa, prontu* (Cafine, junho 2019).

<sup>20</sup> *Na tempuba kada seis anu, gos i difisil fasi privison. Utrus ta fala ki iagu ki bin sin na 2015 i el, mas kila pasa limiti* (kr).

dizem os mais velhos, não havia necessidade de ter um dique principal (*orik di bas, kr*) grande.

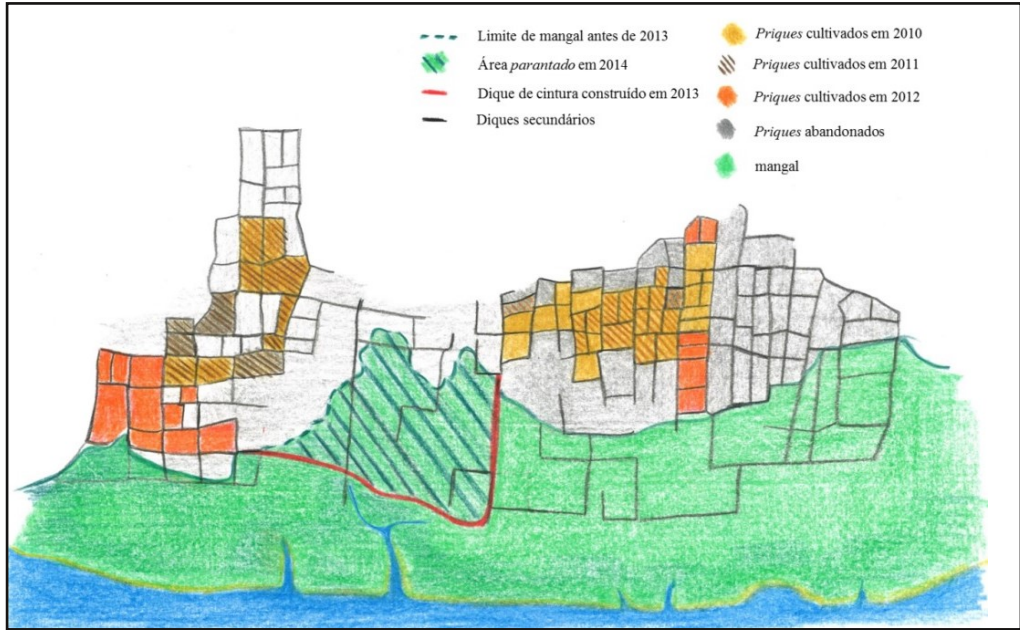


Figura 3 – Desenho do espaço arrozal-mangal em Caequene integrando informação do trabalho de campo e do Google Earth que inclui as inscrições físicas da história socioecológica do arroz: (i) vestígios de diques antigos e de um período anterior ao abandono do arroz de mangal; (ii) contração da produção para a zona mais alta da bolanha antes de 2013; (iii) construção do dique principal para a recuperação da zona de produção de arroz. (Desenho de Joana Sousa)

Em 2013, a aldeia propôs-se a construir um dique principal de aproximadamente 710 m (Figuras 3 e 4). Entre fevereiro e junho de 2013 o dique foi construído e terminado e Caequene passou a ter uma fronteira de arrozal-mangal na ordem dos 1622 m.

A grande impulsionadora da construção do dique foi a Associação de Jovens Cabasane Biteraune. Em nalu, *kabasane biteraune* significa “jovens cuidemos uns dos outros”. Esta associação foi criada a 5 de setembro de 2010 por, citando um documento de apresentação, “ser nosso desejo melhorar a qualidade de vida na nossa tabanca” (Cabasane Biteraune, 2011, p. 1). O documento de apresentação da associação começa com um breve apontamento sobre o povoamento da aldeia, a escola do mato no tempo da luta, o refúgio noutra aldeia durante a luta e a conseqüente destruição das bolanhas de arroz. A associação de mulheres foi convidada a integrar a Cabasane Biteraune, estabelecendo-se uma relação de solidariedade entre as duas associações. Foi formada uma direção provisória onde em reunião foram escolhidos os referidos membros. A associação conta com 49 membros, sendo eles 30 homens e

19 mulheres. A associação tem o apoio dos *garandis* (kr, mais velhos) da tabanca, com quem está em frequente comunicação.

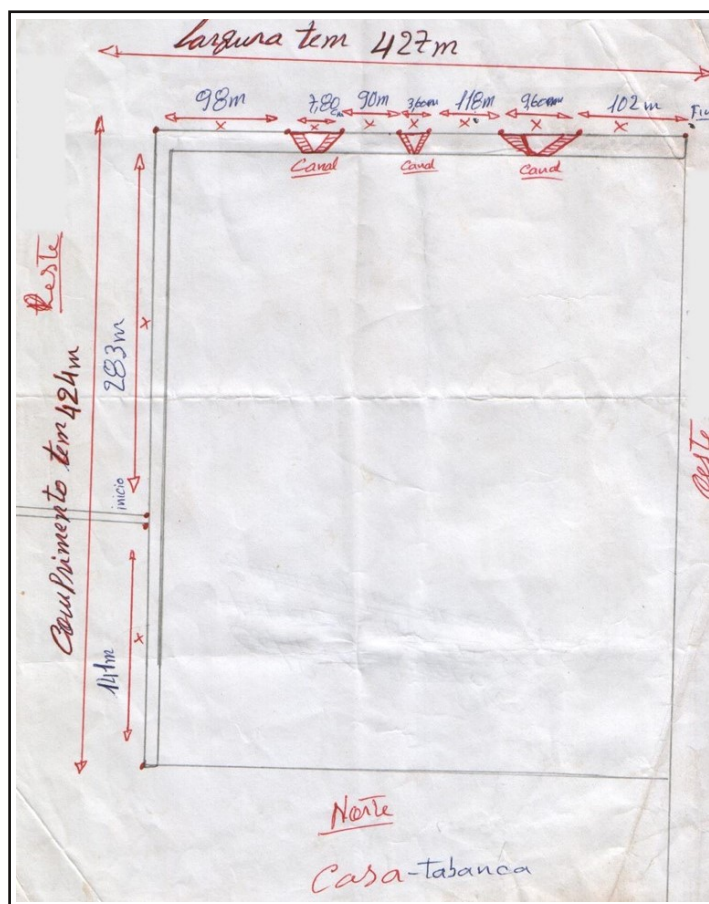


Figura 4 – Esquema de planeamento da construção do dique principal elaborado em 2011. Os três canais representados com 7,80 m, 3,60 m e 9,60 m são canais de água salgada que foram fechados com a construção do dique em 2013. (Desenho de Ansumane Braima Dabó)

Em 2011, a prioridade da associação era “assegurar arroz para os meses de junho, julho, agosto e setembro” (Cabasane Biteraune, 2011, p. 2). Nomeadamente, o plano era produzir arroz suficiente para o ter em *stock* na aldeia e para ser vendido na tabanca a preço acessível “evitando assim as vezes em que temos de nos deslocar à procura de arroz, voltando muitas vezes sem ter encontrado” (p. 2). A venda desse mesmo arroz iria contribuir, em conjunto com o pagamento das quotas dos associados, para a construção de um fundo de maneio para a associação. Em 2011, a associação limpou o terreno para a construção de uma mesquita, limpou o terreno em torno da escola e o caminho da fonte (para melhor e mais seguro acesso a água para os viveiros de hortícolas das mulheres), plantou um campo de batata, reparou o antigo centro de saúde transformando-o na sede da associação, Centro Juvenil de Ca-

equene e local de alojamento de hóspedes. Uma das estratégias delineadas inicialmente era “melhorar as nossas bolanhas” – “desde tempo da luta que nos deparamos com alguns problemas nas nossas bolanhas” e aumentar o rendimento do arroz de bolanha, minimizando assim a dependência da compra de arroz (p. 4). O documento de apresentação (2011) terminava: “O apoio de uma ONG ou de um projecto de desenvolvimento seria de extrema importância para *no leva no associason i no tabanka pa diante*” (Cabasane Biteraune, 2011, p. 4).

Em 2011 e 2012, a Cabasane solicitou a Joana que apoiasse o processo de procura de fundos. Foram feitos esforços para tentar arranjar financiamento para recuperar as bolanhas de arroz. Solicitou-se financiamento a nove fundações internacionais para a construção de um dique principal que protegesse os arrozais. Os formulários para as candidaturas foram impressos e respondidos em conjunto com a Cabasane. A duas candidaturas responderam negativamente e a outras nunca chegaram a responder. Entregaram-se também cartas de apresentação na sede de duas ONG guineenses que na altura trabalhavam na região.

Em 2012, enveredámos por contactos individuais e informais e conseguimos apoio através de pessoas que já tinham ligação à Guiné-Bissau, que preferiram permanecer anónimas e que contribuíram para o projeto da Cabasane através da Chão-de-Gente, uma associação portuguesa entretanto extinta. O compromisso assumido com a Cabasane foi que o montante que não viesse a ser gasto deveria ser devolvido à associação Chão-de-Gente. Quatro pessoas da Cabasane, um mais velho e três considerados jovens na altura, todos homens, assinaram este compromisso e ficaram responsáveis pelo trabalho, definiram as categorias e as funções de tesoureiro, de responsável pelas ferramentas e trabalho, de encarregado pela alimentação, e de responsável pela mão de obra.

No final de 2012, a Cabasane Biteraune tinha já desmatado a faixa de mangal onde o dique se viria a localizar. As quatro fases seguintes foram as de *rinka* (kr, arrancar), *tchaboka* (kr, pisar), *lantanda* (kr, levantar) e *fitcha rigueru* (kr, fechar canais de água salgada) e todas requereram considerável mão de obra. Realizar este tipo de trabalho exigiu reunir recursos indispensáveis, tais como: arroz para alimentação dos trabalhadores, catanas para o corte de mangal, machados para corte dos maiores troncos do mangal, arados com relhas de ferro para levantar o dique e tubos de drenagem em PVC. Durante a construção foram fechados três canais por onde circulava a água salgada na maré cheia (Figura 5). Todo o processo de construção, e especialmente o fecho dos canais, exigiu conhecimento especializado, tendo sido indispensável a participação de um agricultor e especialista destas estruturas, Lona na Ndafo, da tabanca de Cadique Yala. O fundo foi gasto em contratação pontual de mão de obra, alimentação das equipas de trabalho contratadas (arroz, peixe, tabaco, cigarros, cola), ferramentas (machados, relha de ferro para arados, catanas), arroz

para alimentação dos trabalhadores de Caequene, viagens a Bissau, comunicação, e tubos de escoamento de PVC (incluindo o seu transporte). Em maio de 2013 o dique estava construído, tinham sido gastos 701 850<sup>22</sup> XOF do fundo e devolvidos 142 150<sup>23</sup> XOF à Chão-de-Gente.

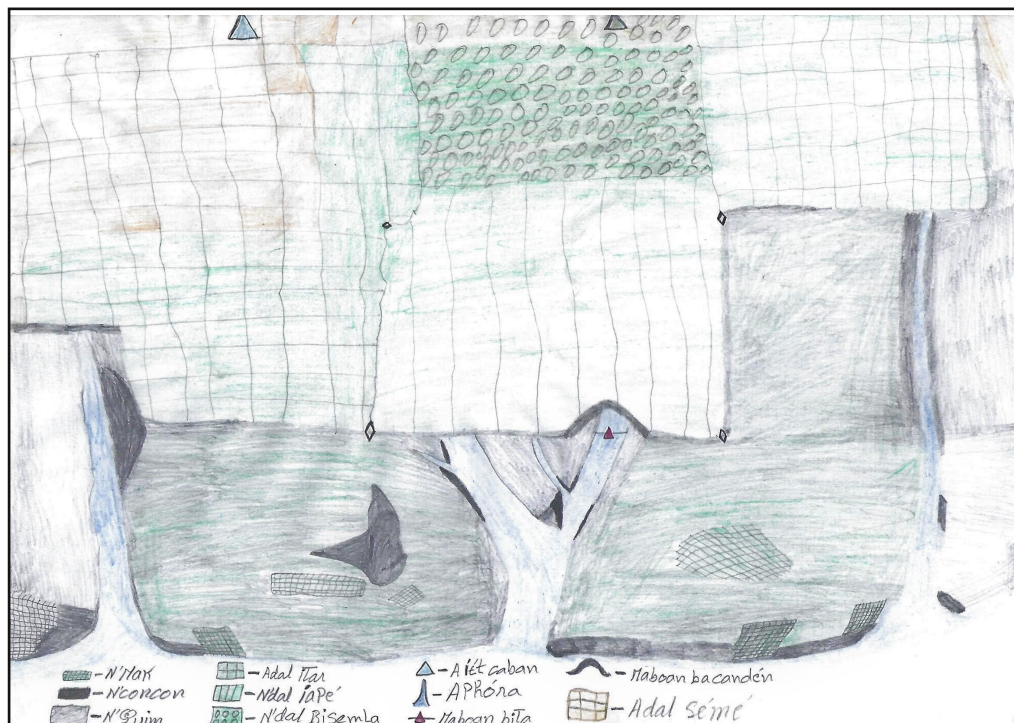


Figura 5 – Dique principal construído em 2013, espaços que o circundam e apontamentos tecnológicos: manchas de *n'mak* (*Rhizophora* sp.) e *n'konkon* (*Langularia racemosa*) na matriz de *n'kim* (*Avicennia germinans*); *adal itar* (nl, bolanhas velhas), *n'dal iapé* (nl, bolanhas novas), *n'dal bisemba* (nl, bolanha coletiva), *aiet kaban* (nl, caminho para a aldeia), *aphóra* (nl, *rigueru*, canal de água salgada), *maboan bita* (rompimento do dique), *maboan bacandén* (dique remendado), *adal séme* (bolanhas antigas). (Desenho de Ansumane Braima Dabó)

Depois de 2013, a área de produção de arroz aumentou de duas formas, por um lado, os campos de arroz que se situavam mais perto do mar e que já tinham sido abandonados devido à influência da água salgada puderam ser recultivados e, por outro lado, uma área de arroz que teria sido abandonada há mais tempo foi reconvertida de novo em campos de arroz (Figuras 3 e 5). A requalificação desta zona que tinha sido abandonada desde o tempo da luta, exigiu o corte de mangal que entre-

<sup>22</sup> Equivalente a aproximadamente 1 069 EUR, 1 235 USD, 7 907 CNY, 6 882 \$R (Conversão a 6 de novembro de 2021, [www.oanda.com](http://www.oanda.com)).

<sup>23</sup> Equivalente a aproximadamente 217 EUR, 250 USD, 1 601 CNY, 1 394 \$R (Conversão a 6 de novembro de 2021, [www.oanda.com](http://www.oanda.com)).

tanto tinha crescido. O trabalho coletivo de 2013 nas bolanhas de Caequene, mobilizado para a construção de um dique principal, conseguiu a melhoria da produção de arroz de bolanha, que teve expressão principalmente a partir de 2015 e 2016 (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção de arroz de mangal em Caequene: área total cultivada (m<sup>2</sup>), número de campos cultivados, número de agricultores a produzir arroz na bolanha de Caequene e variação anual da produção.

Ano	Área cultivada (m <sup>2</sup> )	Nº campos cultivados (nº <i>prikes</i> )	Nº de agricultores	Variação na área cultivada (%)
2009	47 341	38	10	n.a.
2010	36 118	28	11	-24
2011	42 128	27	11	+17
2012	-	-	-	
2013	-	-	-	
2014	98 007*	66*	16	+133
2015	142 854*	64*	22	+46
2016	187 509*	62*	24	+31

\* Com a construção do dique, a zona requalificada para a produção de arroz permaneceu sem ser dividida em campos individuais, tendo a área cultivada aumentado, mas não o número de parcelas (*prikes*) que permaneceu relativamente estável entre 2014 e 2016. O aumento da produção em área deveu-se à recuperação de parcelas que já existiam e puderam agora sem cultivadas e ao arroz produzido na grande parcela à data não dividida ainda.

A construção do dique principal gerou arroz suficiente para garantir em grande medida as necessidades de arroz na aldeia e a capacidade de investir arroz e fundos para a reabilitação de outra parte da bolanha que também tinha sido abandonada depois da ofensiva militar colonial (ver lado direito na Figura 3). Assim, em 2017, a aldeia continuou a reabilitação do resto da bolanha, desta vez recorrendo a fundos dos agregados familiares dos agricultores implicados, a 15 sacos de 50 kg de arroz descascado provenientes de um programa estatal e de uma pequena doação de uma estudante (25 000 XOF<sup>24</sup>).

Para a produção de arroz de mangal, possível através do acesso a tecnologia, técnica e a todos os elementos descritos acima, são também necessárias as forças anímicas e subjetivas que tecem a união e a força. Emoções e sentimentos são fundamentais. O reconhecimento do trabalho coletivo que é requerido pelo arroz de mangal é gerador de prestígio e alegria e as artes conseguem fazer esta celebração. A relação entre a música e os arrozais remonta à memória dos mais velhos que se lembram quando o tambor, o coro e as palmas participavam no trabalho de lavoura. Cada homem jovem, agarrado ao arado de mão, seguia um camalhão ao despique

<sup>24</sup> Equivalente a aproximadamente 38 EUR, 43 USD, 278 CNY, 238 \$R (Conversão a 6 de novembro de 2021, [www.oanda.com](http://www.oanda.com)).

com os outros colegas, enquanto as mulheres jovens aclamavam um ou outro trabalhador e o tambor incentivava ao trabalho. O prestígio dos trabalhadores era enaltecido pela música, coro e palmas.

Reconhecendo a esfera emocional dos sistemas agrícolas que estudou, Cabral afirmava:

Devemos cultivar a nossa amizade, o nosso carinho, a nossa dedicação, para com aqueles filhos da nossa terra que vemos que cultivam as suas bolanhas com entusiasmo, com dedicação e devemos levantar o seu nome bem alto, dá-los como exemplo a outros filhos da nossa terra. (Cabral, 1975, p. 47)

Este reconhecimento social é importante e é, de certa forma, capaz de conectar produtores de arroz ao resto de mundo, já que através do reconhecimento de um pelo outro passam a fazer parte de um todo comum e da relação produção-consumo. Quando nos propusemos a realizar um documentário em Caequene, juntamente com outros membros da Cabasane, o objetivo era o de documentar a construção do dique, de forma colaborativa. Contudo, cedo nos apercebemos que o processo tinha adquirido uma dimensão de celebração e prestígio. Durante e após a visualização do filme foram evocadas emoções relacionadas com o veículo de reconhecimento social do documentário que conta a história de um “grande esforço e de uma grande construção” feita em e por Caequene, o que mostra que “a aldeia é unida e tem força”. Foi igualmente prestigiante o facto de representantes de Caequene terem ido mostrar e conversar sobre o filme ao Centro Cultural Português em Bissau. Foi particular motivo de contentamento o facto de um conhecido artista nacional (AsOne) ter estado envolvido na pós-produção do filme e, juntamente com outro artista (Mbye Ebrima), ter composto a música de fecho do filme, onde é evocado o nome de Cubucaré. Este aspeto, o de um artista famoso que canta o nome de região, é historicamente relevante dada a tradição de *djidiundadi* na África Ocidental<sup>25</sup>, ainda para mais porque o músico visitou a aldeia aquando da exibição do documentário em Caequene. Estes fatores subjetivos, emocionais e de reconhecimento social são importantes para celebrar a importância dos modos de vida dedicados à produção de arroz e à sua reprodução social.

## **Destruição: Comoção, esforço e reconstrução**

Dizia João Lona Tchedna, presidente do Instituto Nacional de Meteorologia (INM) da Guiné-Bissau, numa notícia publicada em 2015: “Neste momento estamos a observar um fenómeno chamado Ciclone Tropical, que abala o arquipélago de Ca-

---

<sup>25</sup> Em particular para a sociedade mandinga.



bo Verde”. Alertava então que nos dias seguintes se iriam registar chuvas e ventos intensos na Guiné-Bissau, e pedia atenção e cuidado aos “utentes de vias marítimas assim como aos trabalhadores agrícolas que podem ser confrontados com a inundação dos seus campos” (PNN, 2015). Na mesma notícia, Lona Tchedna lamentava que o INM tivesse, já há vários anos, interrompido as emissões de boletins meteorológicos.

Em 2015, em Cadique Yala, Cubucaré, onde vive um reconhecido *injinheru* de bolanha, Lona na Ndafa, que tem uma bolanha de grande dimensão, o dique principal rompeu em três sítios. O estrago aconteceu numa zona fulcral do dique, disse-nos o engenheiro: “Rompeu num sítio onde poderia ter estragado os arrozais todos de uma vez só<sup>26</sup>” (entrevista em dezembro de 2016). Em 2015, em Cafine, um dos centros de produção de arroz de mangal do sul, onde os grupos de trabalho chegam às 200 pessoas diárias e existe capacidade para ajudar a fechar rios e recuperar bolanhas noutros lados, sem ser precisa ajuda de outras aldeias, o dique, que dá praticamente a volta às bolanhas, rompeu em mais de 20 sítios. Noutros locais da região de Tombali, Sector de Como, várias bolanhas foram inundadas pela água do mar, nomeadamente em Catungo, Katabam e Caiar, provocando enormes estragos.

Em Caequene, o dique principal rompeu a 29 ou 30 de setembro de 2015. Depois de quatro meses de trabalho intenso, num só dia, a força da água da chuva destruiu mais de sete metros do dique no local onde se tinha fechado um dos braços de mar (primeiro canal da Figura 4). Naquele momento, os moradores de Caequene ficaram muito tristes com o acontecido. A tristeza não se deveu tanto ao estrago no dique, mas sim ao receio do que se poderia dizer em Cubucaré acerca da capacidade de Caequene para este tipo de trabalho. Essas palavras não dariam motivação a um grupo de camponeses.

No dia em que o dique rompeu, havia muito vento e ondulação, a água salgada da maré viva tinha conseguido passar por cima do dique, o que deve ter fragilizado a estrutura. No momento em que o dique de cintura rompeu, Ansumane estava na bolanha com algumas pessoas de Caequene e junto com elas acompanhou todos os detalhes daquele triste acontecimento que teve lugar às 16 horas. Naquele dia havia muita água da chuva acumulada dentro da bolanha, o dique principal estava muito sobrecarregado pela força da água doce. Quando o dique rompeu, a maré já tinha descido e a estrutura do dique estava a sustentar uma grande quantidade de água. O sistema de escoamento da água da chuva utilizado em Caequene é automático, quando a maré sobe a própria água do mar empurra as rolhas dos tubos de drenagem, que se fecham para impedir que a água salgada entre. Nessa fase, e impedida de sair, a água da chuva acumula-se dentro das bolanhas. Quando a maré baixa, as

---

<sup>26</sup> *I romba na un zona ki pudi dana bulanha tudu un bias* (kr).

rolhas folgam e as bombas abrem para que a água doce possa escoar. Viemos a saber que nesse dia os dois tubos de drenagem foram fechados por uma pessoa que, por falta de experiência na produção de arroz de bolanha e por teimosia, não acatou a estratégia das rolhas automáticas e tapou em permanência os canais de escoamento sem avisar ninguém, o que resultou num grande estrago. Pessoas com mais experiência no arroz de bolanha chamaram-lhe antes a atenção, alertando-a para não mexer nas bombas quando estão colocadas em modo automático.

No mesmo dia, antes de o dique romper, Ansumane passou por cima do dique principal, na zona onde se tinha fechado o canal de água salgada, e viu uma abertura na superfície provocada pelas inundações de água salgada dos dias anteriores, que foram fragilizando o dique, e pela água da chuva acumulada no interior da bolanha naquele dia. Arrastou a planta do pé em cima daquela abertura e fechou-a à superfície, mas depois de alguns minutos surgiu de novo. Estranhou, o dique parecia estar a mover-se. Falou com os seus colegas de trabalho e disse que em qualquer momento podia acontecer alguma coisa de mal. Disse também que deveriam ter coragem, deveriam tentar acompanhar a subida da água do mar e a chuva, e tentar contactar o técnico de Cadique Yala, Lona na Ndafa. Tentou, mas infelizmente não conseguiu contactá-lo durante todo esse dia. Foi rapidamente à aldeia a fim de procurar os jovens que se estavam a divertir na tabanca sem saber o que estava a acontecer. Ao contar-lhes, alguns não acreditaram. Foram para a bolanha. Antes de Ansumane ter saído da bolanha, o nível da água doce passava as zonas de limite da bolanha com o mato, mas quando chegaram à bolanha toda a água estava a escoar para o mar, e exclamou: “Olha, a força da água da chuva fez um grande estrago no dique”. Os jovens continuaram a sua caminhada até ao local onde se deu o estrago. Nada foi bom naquele dia, as caras ficaram diferentes, havia algumas com lágrimas, mas ainda assim, outras com inesperada expressão de motivação. Durante o momento de grande tristeza o Ansumane tentou deixar uma mensagem aos colegas: “Em todo o caso, o que aconteceu deveu-se ao mau tempo, mas isso não significa que perdemos o espaço de bolanha, só nos resta uma coisa que é a união. Só com união podemos minimizar este problema, senão vai ser uma vergonha total para a tabanca”.

Um dia depois de o dique romper, a água subiu ainda mais e inundou os campos de arroz, agora sem proteção. Um dos diques secundários que marcava a divisão com as cordas laterais era frágil, a água passou por cima deste dique secundário e acabou por pressionar e romper o dique principal numa outra zona ao tentar sair. Isto significou mais 2,5-3 m de estrago no dique principal.

Desde o dia em que o dique rompeu e durante oito dias, alguns jovens não descansaram, trabalharam de manhã e de tarde. Dois dias depois do rompimento, os jovens reuniram-se no sentido de planificar o trabalho de bolanha para a recupe-

ração do dique principal. O técnico, Lona, foi contactado a fim de ir ver o espaço, apelo a que ele respondeu no mesmo dia, tendo observado os estragos com toda a atenção. No dia de arrancar as árvores de mangal, *tchaboka* e levantamento do dique – trabalhos necessários à reconstrução do segmento que tinha sido destruído – alguns jovens de Caequene não puderam participar no trabalho porque foram a um *tchur* (kr, cerimónia fúnebre) noutra aldeia. Contudo, seis jovens de Caequene, juntamente com o técnico que decidiu dar a sua energia para o bem-estar da comunidade de Caequene, realizaram o trabalho de reconstrução do dique. O *injinheru* achava que num dia se poderia apenas arrancar as raízes e *tchaboka* mas os seis jovens, receando o desgaste emocional e a incapacidade de reunir mão de obra naquela fase em Caequene, decidiram tentar acabar tudo num dia. Os sete conseguiram concluir a recuperação do rombo no dique principal.

A partir dali a comunidade da tabanca começou a ter de novo confiança de que tudo poderia ser possível. Sem união nada funciona, os jovens não deixaram de reunir e voltaram a trabalhar coletivamente para a realização da última parte do trabalho de recuperação do dique principal. Todos os jovens da tabanca em colaboração com algumas mulheres, raparigas, homens-grandes e também alguns hóspedes que lá estavam, juntaram-se num dia e acabaram todos os trabalhos em seis horas (10h-16h). Foi assim que Caequene conseguiu voltar a ter um campo de produção de arroz que está a dar bons resultados nestes últimos anos, especialmente a partir de 2016. Tudo isso aconteceu com base na união.

Esta história de recuperação da produção do arroz de mangal teve consequências várias, tanto em Caequene como noutras aldeias, que também têm vindo a tentar aumentar a sua área de produção. Em Caequene, oito agregados familiares assumiram a responsabilidade de construir o segundo dique no resto da bolanha, aumentando mais uma vez a produção. Este é um dique mais longo e mais largo do que aquele cuja construção se descreveu acima. O primeiro dique assegurou a produção suficiente para que as pessoas reunissem meios e coragem para a construção do segundo dique. A primeira construção foi também importante para que muitos jovens aprendessem a construir diques e que reunissem o ânimo necessário para se dedicar ao arroz de mangal. As histórias têm força, e a experiência de Caequene, assim como as histórias que se contaram a partir dessa experiência, são relevantes para a perseverança necessária à produção de arroz frente ao mar num mundo em transformação.

## **Diques como conexões: Investigação, emoções e produção de arroz**

A materialidade estrutural e imediata de um dique remete à separação entre o mar e a terra firme. Um dique é uma estrutura concebida para apartar, separar e ga-

rantir a existência de um espaço independentemente do outro. Contudo, as fundações sociais da sua construção convertem os diques em sujeitos de conexão, de ligação entre pessoas, instituições e formas de expressão. Em Caequene, a construção do dique inaugurou umas e aprofundou outras importantes formas de conexão entre velhos e jovens (ver também Sousa *et al.*, 2014), entre aldeias, entre saberes e linguagens, e entre universidade, agricultores e artes.

A história da construção do primeiro dique em Caequene é importante porque ela questiona os paradigmas do desenvolvimento e do conhecimento, nomeadamente apontando para possíveis formas de colaboração, relacionamento e de financiamento. A construção do dique evidencia o sucesso na concretização de projetos agrícolas coletivos que não só melhoram as condições de vida da população, como constituem laboratórios de campo para fazer frente às consequências do aquecimento global. A colaboração entre universidade e agricultores assiste ao diálogo epistemológico. Não é possível haver discurso de trabalho com certa comunidade, sem haver uma prática de trabalho com essa comunidade, e essa prática de trabalho só é “com” e não “para” ou “sobre”, se se refletir acerca das assimetrias de poder, relações coloniais e pluralidade de mundos e linguagens. Esta reflexão conduz a formas de relacionamento que possibilitam a partilha e o reconhecimento do conhecimento gerado em conjunto.

Vemos neste tipo de colaboração possibilidades de produzir experiências de recuperação de bolanhas à microescala, acompanhar diferentes casos de recuperação enraizados em casos concretos e produzir narrativas dessas experiências e, consequentemente, aprender com essa diversidade. A recolha de experiências a partir das bolanhas da Guiné-Bissau é importante para documentar a opressão e o esforço que está a ser exigido a milhares de pessoas para coexistirem com o aquecimento global. É crucial encontrar formas de justa compensação a estes agricultores pelas alterações climáticas, já que estas foram fundamentalmente provocadas pelo Norte global.

A articulação entre conhecimento, emoções e trabalho, veiculada em processos de colaboração, parece-nos fundamental para a construção, ou fortalecimento, das redes que permitem a reprodução do arroz de mangal. A rede que liga pessoas, experiências e saberes deve expandir-se e alterar-se ao ritmo das alterações materiais que virão a ocorrer nos mangais e nos arrozais. É necessária uma deslocalização de fundos massiva: em primeiro lugar, dos países que produziram, e continuam a produzir, o aquecimento global, para aqueles que continuam abaixo daquilo que seria o seu direito de emissões e, em segundo lugar, uma deslocalização de fundos das ONG de desenvolvimento para financiar diretamente agricultores e agricultoras que sejam afetados pelos efeitos do aquecimento global ou que estejam na iminência de o ser.

Nos braços de mar de Farim, Geba, Mansoa, Buba e Cumbidjã, tal como descritos por Amílcar Cabral, e nos numerosos enclaves costeiros, existem microambientes de ecologias e sociabilidades várias. Gerar conhecimento acerca da diversidade de situações sociais e ecológicas que vão surgir nas próximas décadas e torná-lo acessível parece relevante para conseguir eleger estratégias que permitam resistir às agruras do aquecimento global e à correspondente irresponsabilidade, insustentabilidade e violência do Norte global. Os músicos e realizadores que trabalham na Guiné-Bissau poderiam, em conjunto com a comunidade de agricultores, ser importantes para a disseminação destas histórias que produzem alimento, reconhecimento e resistência.

## Agradecimentos

São devidos agradecimentos a todos e todas as participantes neste processo de investigação e de coprodução de conhecimento. Agradecemos aos três revisores que partilharam connosco os seus pareceres e sugestões e ao olhar atento da revisora. A primeira autora é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no contexto do contrato de trabalho CEECIND/04424/2017.

## Referências bibliográficas

- Adésinà, J. O. (2020). Policy merchandising and social assistance in Africa: Don't call dog monkey for me. *Development and Change*, 51(2), 561–582. <https://doi.org/10.1111/dech.12569>
- Agrawal, A. (1995). Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. *Development and Change*, 26(3), 413–439.
- Baldursdóttir, S., Gunnlaugsson, G., & Einarsdóttir, J. (2018). Donor dilemmas in a fragile state: NGO-ization of community healthcare in Guinea-Bissau. *Development Studies Research*, 5(S1), 27–39.
- Banks, N., Hulme, D., & Edwards, M. (2015). NGOs, states, and donors revisited: Still too close for comfort? *World Development*, 66, pp. 707–718.
- Barr, A., Fafchamps, M., & Owens, T. (2005). The governance of non-governmental organizations in Uganda. *World Development*, 33(4), 657–679.
- Bayan, L. M. T. L. do R. (2010). *Autoridades tradicionais, insegurança alimentar e gestão de recursos: Um estudo de caso no Reino Felupe de Suzana (Guiné-Bissau)*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3900>
- Biai, I. A. (2009). *Efeitos das alterações climáticas na zona costeira noroeste da Guiné-Bissau*. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

- Bolonha, L. M. da C. (2013). *O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar: Um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Brass, J. N., Longhofer, W., Robinson, R. S., & Schnable, A. (2018). NGOs and international development: A review of thirty-five years of scholarship. *World Development*, 112, pp. 136–149.
- Cabasane Biteraune. (2011). *Associação Cabasane Biteraune. Documento de apresentação*, Caequene, Guiné-Bissau. Autor [Não publicado]
- Cabral, A. (1974). *Unidade e luta: A arma da teoria*. Nova Aurora.
- Carney, J. A. (2002). *Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas*. Harvard University Press.
- Catarino, L. (2006). *Plantas vasculares e briófitos da Guiné-Bissau*. Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Catarino, L., Martins, E. S., Basto, M. F. P., & Diniz, M. A. (2008). An annotated checklist of the vascular flora of Guinea-Bissau (West Africa). *Blumea - Biodiversity, Evolution and Biogeography of Plants*, 53(1), 1–222.
- César, F. (2020). Meteorizações: Uma leitura da agronomia da libertação de Amílcar Cabral. *Sintidus*, 3, pp. 1–30.
- Conchedda, G., Lambin, E. F., & Mayaux, P. (2011). Between land and sea: Livelihoods and environmental changes in mangrove ecosystems of Senegal. *Annals of the Association of American Geographers*, 101(6), 1259–1284.
- Cruz, D. F. V., & Standaert, A. (1989). Estudos pedológicos em vales estuarinos com vista à construção de barragens orizícolas. *Boletim de Informação Científica e Técnica*, 2(4), 1–8.
- Cusicanqui, S. R. (2012). Ch'ixinakax utxiwa: A reflection on the practices and discourses of decolonization. *South Atlantic Quarterly*, 111(1), 95–109.
- Dai, A., Lamb, P. J., Trenberth, K. E., Hulme, M., Jones, P. D., & Xie, P. (2004). The recent Sahel drought is real. *International Journal of Climatology*, 24(11), 1323–1331.
- Davidson, J. (2015). *Sacred rice: An ethnography of identity, environment, and development in rural West Africa*. Oxford University Press.
- Embaló, G. B. (2008). *A vulnerabilidade da população às alterações agro-ecológicas. Estudo de caso no sector de Pirada, região de Gabu, Guiné-Bissau*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Portugal.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra* (José Laurêncio de Melo, Trad.). Civilização Brasileira.

- Ferguson, J. (1994). *The anti-politics machine: Development, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. University of Minnesota Press.
- Fração-Moreira, A. (2010). A natureza em perspectiva: Reflexões sobre saberes ecológicos locais e conhecimentos científicos. Em: A. Alves, F. Souto, & N. Peroni (Orgs.), *Etnoecologia em perspectiva: Natureza, cultura e conservação* (pp. 73–88). Nupeea.
- Gonçalves, M. (1998). *A study of bolanha salgada: A traditional farming system in Caboxanque, Guinea-Bissau*. Swedish University of Agricultural Sciences.
- Guilherme, M., & Dietz, G. (2017). Winds of the south: Intercultural university models for the 21st century. *Arts and Humanities in Higher Education*, 16(1), 7–16.
- Hawthorne, W. (2001). Nourishing a stateless society during the slave trade: The rise of Balanta paddy-rice production in Guinea-Bissau. *The Journal of African History*, 42(1), 1–24.
- Hugo, J. D. L. C., & Cardoso, C. (1990). *Revisão sobre o sector de produção de caju na Guiné-Bissau*. Kansas State University, Food and Feed Grains Institute & Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).
- IPCC. (2013). *AR5 Climate Change 2013: The physical science basis*. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>
- Linares, O. F. (1981). From tidal swamp to inland valley: On the social organization of wet rice cultivation among the Diola of Senegal. *Africa*, 51(2), 557–595.
- Lundy, B. D. (2012). Ethnic encounters and everyday economics in Kassumba, Guinea-Bissau. *Ethnopolitics*, 11(3), 235–254.
- Marius, C., & Lucas, J. (1991). Holocene mangrove swamps of West Africa sedimentology and soils. *Journal of African Earth Sciences (and the Middle East)*, 12(1–2), 41–54.
- Mendes, O. (2018). Indicadores das mudanças climáticas no leste da Guiné-Bissau e adaptação camponesa. *Sintidus*, 1, pp. 108–139.
- Mercer, C. (2002). NGOs, civil society and democratization: A critical review of the literature. *Progress in Development Studies*, 2(1), 5–22.
- Mignolo, W. D. (2007). Introduction. *Cultural Studies*, 21(2–3), 155–167.
- Ndlovu, M. (2014). Why indigenous knowledges in the 21st century? A decolonial turn. *Yesterday and Today*, 11, pp. 84–98.
- Ndlovu, M. (2018). Coloniality of knowledge and the challenge of creating *African futures*. *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 40(2), 95–112.
- Nicholls, R. J., Tol, R. S. J., & Hall, J. W. (2007). Assessing impacts and responses to global-mean sea-level rise. Em: C. Kolstad, F. C. de la Chesnaye, H. S. Khesghi, J. Smith, J. M. Reilly, M. E. Schlesinger, & T. Wilson (Eds.), *Human-induced climate*

- change: An interdisciplinary assessment* (pp. 119–134). Cambridge University Press.
- Pinho, J. R. de. (2020). “Fotos di mudansa”: Alterações ambientais retratadas por agricultores do sul da Guiné-Bissau. *Sintidus*, 3, pp. 105-134.
- PNN. (2015). Efeitos de ciclone tropical em Cabo Verde atingem a Guiné-Bissau. *Diário Digital*. <http://www.jornaldigital.net/noticias.php?noticia=46284>
- Ribeiro, R. C. (1989). Causas da queda da produção de arroz na Guiné-Bissau: A situação do Sector de Tite, Região de Quínara. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10–11, pp. 227–265.
- Richards, P. (1996). Culture and community in the selection and maintenance of African rice. Em: D. Stabinsky, & S. B. Brush (Eds.), *Valuing local knowledge: Indigenous people and intellectual property rights* (pp. 209–229). Island Press.
- Rodney, W. (1970). *A history of the Upper Guinea Coast: 1545-1800*. Monthly Review Press.
- Roy, A. (2014, setembro 23). The NGO-ization of resistance. *Pambazuka News, Voices of Freedom and Justice*. <https://www.pambazuka.org/governance/ngo-ization-resistance> (Acedido em 10 de novembro de 2021).
- Santos, B. de S., & Meneses, M. P. (2009). Introdução. Em: B. de S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Espistemologias do sul*. Edições Almedina.
- Santy, B. R. V. H. (2012). *As representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização: Os Bijagós da Ilha de Formosa*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
- Santy, B. R. V. H. (2016). *Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
- Santy, B. R. V. H., & Valencio, N. (2018). Políticas de adaptação às mudanças climáticas e a produção transescalar da sujeição social na Guiné-Bissau. *Cadernos de Estudos Africanos*, 36, pp. 161–185.
- Santy, B. R. V. H., & Valencio, N. F. L. da S. (2017). Políticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau: Os antecedentes históricos para entender os desafios sociais cumulativos. *Afro-Ásia*, 55, pp. 35-69.
- Sarasin, P. (2020). More than just another specialty: On the prospects for the history of knowledge. *Journal for the History of Knowledge*, 1(1), 1–5.
- Sarr, F., Nguimbous, J., & Merckaert, J. (2016). L’Afrique a besoin d’une utopie. *Revue Projet*, 351(2), 78–81.
- Scantamburlo, L. (2013). *O léxico do Crioulo Guineense e as suas relações com o Português: O ensino bilingue Português-Crioulo Guineense*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.



- Smith, D. J. (2010). Corruption, NGOs, and development in Nigeria. *Third World Quarterly*, 31(2), 243–258. <https://doi.org/10.1080/01436591003711975>
- Sousa, J. (2015). *Shape-shifting nature in a contested landscape in Guinea-Bissau*. Dissertação de doutoramento, Oxford Brookes University, Reino Unido.
- Sousa, J. (no prelo). Farming rice at the margins in West Africa. Em: A. Kolodziej-Durnas, F. Sowa, & M. C. Grasmeyer (Eds.), *International studies in maritime sociology: Vol. Maritime spaces*. Brill.
- Sousa, J., Dabo, A., & Luz, A. L. (2014). *Changing elderly and changing youth: Knowledge exchange and labour allocation in a village of southern Guinea-Bissau*. *Future Agricultures*, 81, pp. 1–17.
- Sousa, J., Hill, C. M., & Ainslie, A. (2017). Chimpanzees, sorcery and contestation in a protected area in Guinea-Bissau. *Social Anthropology*, 25(3), 364–379.
- Sousa, J., & Luz, A. L. (2018). ‘The tides rhyme with the moon’: The impacts of knowledge transmission and strong spring tides on rice farming in Guinea-Bissau. *Human Ecology*, 46(2), 147–157.
- Sousa, J., Rodrigues, P., & Basch, G. (2020). Social categories and agency within a Conservation Agriculture framework in Laikipia, Kenya. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 18(6), 554–566.
- Tavares, H. K. A. (2019). Expansão urbana nas zonas húmidas de Bissau. *Ambiental-MENTESustentable*, 26(1–2), 45–55.
- Temudo, M. P. (2011). Planting knowledge, harvesting agro-biodiversity: A case study of southern Guinea-Bissau rice farming. *Human Ecology*, 39(3), 309–321.
- Temudo, M. P. (2012). “The white men bought the forests”: Conservation and contestation in Guinea-Bissau, Western Africa. *Conservation and Society*, 10(4), 354–366.
- Temudo, M. P., & Abrantes, M. (2014). The cashew frontier in Guinea-Bissau, West Africa: Changing landscapes and livelihoods. *Human Ecology*, 42(2), 217–230.
- Temudo, M. P., & Abrantes, M. B. (2013). Changing policies, shifting livelihoods: The fate of agriculture in Guinea-Bissau. *Journal of Agrarian Change*, 13(4), 571–589.
- Temudo, M. P. (1998). *Inovação e mudança em sociedades rurais africanas*. Volume I. Dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Temudo, M. P. (2005). Western beliefs and local myths: A case study on the interface between farmers, NGOs and the state in Guinea-Bissau rural development interventions. Em: J. Igoe, & T. Kensall (Eds.), *Between a rock and a hard place: Africa NGOs, Donors and the State* (pp. 253–277). Carolina Academic Press.

- Vasconcellos, F. S. M. P. de. (2010). *Segurança alimentar, degradação ambiental e estratégias de coping: Um estudo de caso no chão Joola/Felupe (Guiné-Bissau)*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Walsh, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. Em: R. C. Gómez, & S. Grosfoguel (Comp.), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos & Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Walsh, C. E. (2020). Decolonial learnings, askings and musings. *Postcolonial Studies*, 23(4), 604–611.
- Yates, J. S. (2020). On decoloniality ... and the ‘decolonial problem’. *Postcolonial Studies*, 23(4), 589–595.